COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 81 OUTUBRO 1992

12 de Novembro, um ano depois

O impulso necessário

"O 12 de Novembro deu o impulso necessário que faltava e, mais uma vez, soubemos responder às exigências da Luta, mais uma vez ficou comprovado que as acções decisivas têm de partir do interior da Pátria. (...) Exigimos, sim, mais acção, exigimos, sim, que o 12 de Novembro fosse correspondido com uma alteração substancial do quadro a que estava remetido o nosso caso."

Comandante Xanana Gusmão, "Mensagem aos Timorenses na diáspora".

A indiferença e cumplicidade com que os Poderes instalados contornavam o problema de Timor-Leste foi abalada pelo massacre no cemitério de Santa Cruz em Dili, no dia 12 de Novembro de 1991. O 12 de Novembro - como sublinhou Xanana Gusmão - deu o impulso necessário para que a questão fosse colocada num novo quadro e olhada a uma nova luz. As mortes no massacre de Santa Cruz não foram inúteis. Exposeram aos olhos do mundo a hipocrisia da política das grandes potências - a política dos dois pesos e das duas medidas, escolhidas à medida das conveniências de momento - relativamente aos direitos humanos e ao direito internacional. Para elas, direitos, mesmo humanos, mesmo internacional, são «business»: medem-se pelos cifrões que dão. Não seria preciso terem morrido tantos jovens em Santa Cruz para sabermos isto.

Mas os acontecimentos do 12 de Novembro permitiram igualmente alargar o âmbito do debate em tôrno da questão de Timor-Leste. Aliás, se o poder colonial indonésio voltou a fechar as fronteiras do território a quem tem por missão informar, não foi só para melhor poder reprimir. Ele receia a crescente atenção e posição crítica da opinião pública que, por exemplo, em países como os EUA, contribuíu decisivamente para o corte parcial da ajuda militar ao regime de Jacarta [ver, sobre este assunto, artigo na pág. 4]. Nas vésperas desta decisão, alguns dos principais meios de comunicação norte-americanos - casos da cadeia de televisão **ABC** e do **Wall Street Journal**, entre outros - debateram o significado e as consequências daquele corte.

A imprensa internacional, em geral, passou a referir-se de uma forma mais politizada ao problema, insistindo na necessidade de um processo de consulta da população timorense ou na realização de um referendo (**The Economist**, 19/9/92), ao mesmo tempo que a figura do Comandante Xanana Gusmão ganhou uma dimensão de reconhecida personalidade dirigente (**BBC World Service**, 4/9/92).

A própria imprensa indonésia, apesar dos condicionalismos resultantes da falta de liberdade de expressão, refletíu esta dinâmica. Os resistentes timorenses passaram a ser referidos menos como "bandidos armados" e mais como alguém que pretende um outro estatuto para a "27ª província", perdendo o carácter anónimo e difuso de um bando errante para ganharem a consistência da personalidade de Xanana Gusmão, um político que se dirige aos outros políticos reunidos por ocasião do Movimento dos Não Alinhados (**Jakarta Post**, 15/9/92).

E no sistema-mundo em que vivemos, não é mais possível aos regimes permaneceram imunes às influências externas. Os processos disciplinares instaurados pelas autoridades de Kuala-Lumpur aos funcionários da TV estatal que passaram imagens do massacre de 12 de Novembro, acabou por mostrar aos habitantes da Malásia quão frágil e relativa é a liberdade de que dispõem.

A opinião pública internacional é, hoje, uma arma apontada aos generais de Jacarta.

Há que reafirmar que a repressão existe porque os timorenses não abdicam de um seu direito fundamental: o direito a livremente determinarem o seu futuro. É necessário sentar todas as partes directamente envolvidas à mesa das conversações. Não haverá solução estável e credível para o problema sem a participação activa e directa dos timorenses naquilo que lhes diz particularmente respeito: o seu lugar no mundo. □

NESTE NÚMERO:

- 12 de Novembro: o impulso necessário
- Iniciaram-se as conversações Portugal-Indonésia
- Malásia/Indonésia: os vizinhos solidários
- Congresso dos EUA corta ajuda militar

Conversações Portugal-Indonésia:

À sombra de um equívoco

Teve lugar em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, no dia 26 de Setembro, um encontro formal entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, para discutir o problema de Timor-Leste. Foi a primeira vez, desde que em Junho do ano passado os dois países acordaram na ida de uma delegação parlamentar portuguesa àquele território, que representantes de Lisboa e Jacarta se encontraram a este nível.

Se bem que represente um passo positivo na procura de uma solução para o problema de Timor-Leste, ele desenrolou-se à sombra de um perigoso equívoco: o de que se trata de resolver um conflito entre o nosso país e a Indonésia.

PARA UM "*DIÁLOGO EXPLORATÓRIO*"

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, aproveitou a sua presença em Jacarta, aquando da cimeira do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) que decorreu naquela cidade nos princípios de Setembro, para anunciar que os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia tinham aceitado encontrar-se em Nova Iorque nos finais daquele mês para um "*diálogo exploratório*", com vista a encontrar-se uma "*solução justa, ampla e internacionalmente aceitável para o problema de Timor-Leste*".

O encontro vinha sendo preparado desde que em 13 de Janeiro deste ano Deus Pinheiro escreveu a Boutros-Ghali reafirmando a disponibilidade de Portugal para retomar o diálogo e propondo um formato e modalidades para o mesmo. Segundo a **IPS** (Inter Press Service), este acordo foi o resultado de uma serie de encontros informais secretos entretanto havidos entre diplomatas dos dois países na sede das Nações Unidas em Nova Iorque.

O anúncio feito pelo Secretário-Geral criou algumas expectativas quanto ao papel que os Timorenses iriam desempenhar, quer naquele encontro quer posteriormente ao longo das conversações, tanto mais que, na já citada carta de 13 de Janeiro, o MNE português não fazia qualquer referência concreta, explícita, quanto à participação destes, limitando-se a reforçar o genérico "*todas as partes directamente interessadas*".

TIMORENSES: QUE PAPEL?

Coincidindo com o anúncio, pelo Secretário-Geral da ONU, do próximo encontro dos MNE Ali Alatas e Deus Pinheiro, era tornada também pública uma mensagem do Comandante Xanana Gusmão dirigida à cimeira do MNA, apelando para conversações sem pré-condições com as autoridades indonésias.

Em entrevista à **BBC World Service**, difundida em 4 de Setembro, o Dr. Michael Leifer, leitor de Assuntos Internacionais na London School of Economics e uma personalidade muito chegada a círculos do MNE indonésio, justificou esta atitude da Resistência timorense pelo facto de esta se sentir "*encorajada pela contínua pressão que Portugal tem vindo a exercer, embora sem resultados, sobre a Indonésia*" e como "*expressão prática da sua própria fraqueza*".

Na opinião de Michael Leifer, não existe "*um grupo de pressão internacional dirigido por Portugal procurando empurrar a Indonésia para a independência de Timor-Leste*". "*O sentimento geral existente na comunidade internacional, embora desaprovando as violações dos direitos humanos pela Indonésia, é a de que não parece existir uma alternativa prática para Timor-Leste excepto como parte da República* [da Indonésia].".

Para Leifer, os indonésios estariam disponíveis "*para ter conversações de paz ao nível militar mas a ideia de o Presidente Suharto se sentar à mesa para dialogar com os cabeçilhas deste, para eles, bando de guerrilheiros seria vista como qualquer coisa ridícula*".

Dias mais tarde, sob o título "*Chefe da ABRI rejeita oferta de paz da Fretilin*", o **Jakarta Post** noticiava que o general Try Sutrisno, comandante das FFAA indonésias (ABRI) tinha "*rejeitado a oferta de paz avançada pelo dirigente rebelde de Timor-Leste Xanana Gusmão*". E teria acrescentado que a Fretilin não tinha virtualmente qualquer força e que a ABRI estava em condições de lidar com a situação. "*A questão agora é saber se ele (Xanana) está disposto a descer das montanhas ou não*". Disse ainda o general que o governo de Jacarta estava na disposição de aceitar a Fretilin se esta respondesse ao apelo para depôr as armas.

Segundo um despacho de Bruxelas da IPS, datado de 17 de Setembro, citando um diplomata indonésio que prestou declarações sob a condição de manter o anonimato, o seu país estava disposto - "*em qualquer lugar, em qualquer altura*" - a discutir o problema de Timor-Leste com a Resistência desde que esta fosse integrada na delegação oficial portuguesa. Sublinhou, contudo, que a Indonésia não estava preparada para conceder a independência a Timor-Leste. "*O que poderá ser possível é que a Timor-Leste, tal como* [aconteceu a] *outras províncias da Indonésia, seja dada uma maior autonomia regional num futuro próximo*", disse.

CONTEXTO DE CONFRONTO

O encontro ocorreu num contexto onde se confrontam os sinais de crítica aberta às práticas e à presença do regime indonésio em Timor-Leste - expressos nos mais variados órgãos de comunicação social e vindos de sectores diversificados da opinião pública - com os sinais de despudorado apoio a Jacarta por parte das potências ocidentais campeãs dos direitos humanos - venda de material de guerra pela Grã-Bretanha e Alemanha, aumento da ajuda por parte dos países agrupados no CGI («Consultative Group on Indonesia») - tornando difícil avaliar a relação de forças a nível global.

Isto mesmo foi patente nas pressões e oscilações sofridas pelos Representantes e Senadores norte-americanos que decidiram da saída da Indonésia do programa IMET.

Um dado novo e que promete influenciar o desenrolar dos acontecimentos é o que se refere ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Contrariamente ao seu antecessor, Boutros-Ghali parece querer desempenhar um papel mais interveniente no processo e o Relatório de Progresso por ele assinado e publicado a 11 de Setembro, assim o deixa transparecer.

Aí se apresenta o cancelamento da acordada viagem de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste como "*uma divergência entre as partes*" a propósito de "*um jornalista indicado por Portugal para acompanhar a delegação*". Aí se apresenta, de uma forma inequivocamente crítica para a Indonésia, o massacre de Santa Cruz. Aí se dá conta das reacções das autoridades indonésias ao relatório do seu enviado especial, o Procurador-Geral da República do Quénia Amos Wako, que deixam entrever quão crítico ele seria para elas. Aí se dá, finalmente, conta de que "*o Governo da Indonésia deu o seu acordo de princípio à minha proposta de que o meu Enviado Especial visitaria novamente a área numa altura considerada apropriada*".

OPTIMISMO

À saída do seu encontro com Boutros-Ghali e Ali Alatas, o MNE Deus Pinheiro mostrou-se prudente quanto à possibilidade de se encontrar uma rápida solução para o problema de Timor-Leste. "*Estou mais optimista agora do que há duas horas atrás mas sei que as conversações vão ser um longo, complexo e difícil processo*", disse o ministro aos jornalistas. Adiantou ainda, que as conversações "*não obstariam*" a que fossem ouvidas todas as partes interessadas, incluindo os Timorenses.

Quanto a Ali Alatas, questionado sobre se haveria um referendo em Timor-Leste, respondeu, irritado "*como pode uma decisão tomada por uma maioria ser anulada por uma minoria? E houve algum referendo em Moçambique e em Angola* [quando se tornaram independentes]?".

No comunicado de imprensa distribuido pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, é dito que os ministros "*concordaram em retomar o diálogo entre os dois Governos para procurar uma solução justa, ampla e internacionalmente aceitável para o problema de Timor-Leste, sob os auspícios do Secretário-Geral.*". O comunicado salienta ainda que "*o diálogo será um processo a prosseguir*" e que "*os Ministros dos Estrangeiros encontrar-se-ão regularmente*", tendo ficado agendado um novo encontro para Dezembro próximo.

José Ramos-Horta, representante diplomático especial do CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere), comentou favoravelmente o encontro de Deus Pinheiro com Ali Alatas, tendo manifestado a convicção de que, em breve, os representantes do povo timorense poderiam - em condições ainda a acordar - participar nas negociações.

O problema de Timor-Leste tem vindo a desenvolver-se num ambiente onde é patente a crescente incomodidade e crispação por parte dos Poderes, que procuram remetê-lo a um mero conflito bi-lateral entre Portugal e a Indonésia, procurando deste modo desresponsabilizar-se pela solução do mesmo. Não só o problema não diz unicamente respeito ao nosso país - pois o que está em causa é a violação, por parte do regime de Jacarta, de um direito fundamental dos povos e como tal consignado na Carta das Nações Unidas, competindo, portanto, a todos os seus subscritores velar para que o mesmo seja respeitado - como a experiência nos ensina que a acção firme e concertada da comunidade internacional é uma arma fundamental para a solução de conflitos. Recorrendo a sanções económicas, se necessário.

Deixar encerrar o problema de Timor-Leste na "gaveta" das questões bi-laterais é alimentar uma perigosa visão das relações entre povos e nações, em contradicção com o mundo-global em que vivemos hoje, o que só favorece os regimes prepotentes. E justifica o afastamento das conversações, enquanto entidade autónoma, dos Timorenses. □

12 de Novembro embaraça Governo Malaio

Os vizinhos solidários

A Televisão Nacional da Malásia (RTM - Radio Televisyen Malaysia) passou, no dia 25 de Setembro, num programa de informação de grande audiência - «Duana Jam 10», "O Mundo às 10 horas" - imagens do massacre de Santa Cruz. A reacção das autoridades de Jacarta não se fez esperar, mas a solidariedade entre regimes vizinhos também mostrou que a liberdade de informação na Malásia ainda está longe de ser uma realidade e que há quem lute contra essa situação.

No documentário apresentado - que foi igualmente visto por muitos indonésios das ilhas vizinhas que habitualmente sintonizam aquela estação através de antenas parabólicas - foram passadas imagens mostrando as tropas indonésias a disparar sobre os manifestantes em Dili no dia 12 de Novembro. O programa incluiu também uma entrevista com um activista de direitos humanos que tinha visitado recentemente Timor-Leste.

Jacarta reagíu prontamente, tendo o Ministro da Informação indonésio, sr. Harmoko, exigido uma explicação oficial sobre a transmissão, que considerou embaraçosa para o governo do seu país.

A imprensa indonésia reproduziu também declarações de um destacado membro de um movimento de juventude (o Ampi), fortemente ligado ao partido do poder (Golkar), onde este afirmava que "*o governo malaio deveria explicar os antecedentes desta transmissão*". Referiu, a propósito, declarações do jornalista da televisão malaia que teria comentado que a Indonésia tinha "*chacinado os timorenses como se se tratassem de animais*". Este jovem indonésio exigia um pedido de desculpa formal por parte do governo malaio por "*ter interferido nos assuntos internos* [indonésios]".

A fim de apaziguar o seu parceiro e rival na ASEAN («Association of South East Asian Nations»), o governo da Malásia enviou, de imediato, o seu Ministro da Informação à capital indonésia a fim de se desculpar junto do seu homólogo da "*negligência do editor da RTM*" e explicar o "erro" de transmitir um filme sobre o massacre em Dili.

Na ocasião, o Primeiro Ministro malaio, Ghafar Baba, declarou que "*a passagem do filme poderá ser consequência de um erro de um ou dois funcionários da RTM e esperamos que não afecte as relações bilaterais entre a Malásia e a Indonésia*". O Primeiro Ministro afirmou ainda que iria ser aberta uma investigação para encontrar e punir os responsáveis pela ocorrência.

A esta ameaça das autoridades de Kuala-Lumpur respondeu a mais importante organização de defesa dos direitos humanos naquele país, a SUARAM, que em comunicado de imprensa alertou para o facto de que "*a atitude e as acções do governo da Malásia relativamente à transmissão sobre a tragédia de Dili são difíceis de aceitar sem concluirmos que a Malásia e a Indonésia acordaram, de alguma forma, em que os meios de comunicação malaios não noticiarão questões de opressão e abuso dos direitos humanos que ocorram na Indonésia. Se for verdade, esta é uma tendência que deve ser criticada.*". A concluir, a SUARAM "*apela ao governo da Malásia para garantir aos meios de comunicação social a liberdade para noticiar a verdade. Não devem ser vítimas da censura.*".

Conforme escreveu, porém, o jornal **New Straits Times** de Kuala-Lumpur na sua edição de 4 de Outubro, o governo foi surdo a este apelo e processos disciplinares foram instaurados, tendo dois profissionais da RTM sido transferidos para outros serviços. O «Committee to Protect Journalists», com sede em Nova Iorque, escreveu, entretanto, ao PM malaio, assim como a várias organizações de direitos humanos e de jornalistas espalhadas pelo mundo, solicitando-lhe que todas as medidas punitivas contra o pessoal da RTM sejam levantadas. □

Congresso norte-americano corta ajuda militar a Jacarta

Água mole em pedra dura ...

No passado dia 2 de Outubro, a «House-Senate Conference Committee» - uma comissão mista composto por elementos da Câmara de Representantes e do Senado norte-americanos - recusou dar ao regime de Jacarta uma ajuda no valor de 2,3 milhões de dólares americanos dentro do programa do IMET («International Military Education and Training»), em protesto pelas violações de direitos humanos em Timor-Leste. Foi a primeira vez, em 17 anos, que o Congresso tomou uma tal medida, em resultado da situação que se vive neste território.

Este corte na ajuda militar americana foi o culminar de uma longa batalha, em que membros das Forças Armadas e dos Departamentos de Estado e da Defesa norte-americanos, assim como as mais importantes companhias dos Estados Unidos com interesses na Indonésia, fizeram um intenso «lobby» pela inclusão de Jacarta no programa, que treina anualmente cerca de 150 militares indonésios nos EUA. Desde que a Indonésia invadiu e ocupou Timor-Leste, em 1975, foram já treinados mais de 2600 oficiais das FFAA deste país no âmbito do IMET.

Charles Scheiner, coordenador do **East Timor Action Network/US**, considerou a decisão uma importante vitória para o povo de Timor-Leste. "*Resistindo à pressão dos interesses económicos e das administrações de Suharto e Bush, o Congresso passou a mensagem de que as regras do jogo estavam a mudar*", disse Scheiner à imprensa.

Em Junho, a Câmara dos Representantes tinha aprovado uma resolução apresentada por Ronald Machtley (Republicano) e Tony Hall (Democrata) para retirar Jacarta do programa IMET. Requereram também que a ajuda económica à Indonésia passasse a ser aprovada pelo Congresso. Este assunto foi decidido em 3 dias e as forças pró-indonésias não tentaram influenciar o voto. No Senado, contudo, tiveram três meses para acções de «lobby», considerando a questão como de extrema importância. Representantes ligados ao meio empresarial informaram o Congresso de que Jacarta tinha ameaçado fazer retaliações sobre empresas americanas se a ajuda fosse cortada, entrando em jogo forças de pressão da General Electric, AT&T, Freeport-MacMoRan e McDonnell-Douglas, entre outros. A Câmara de Comércio Americano-Indonésia comunicou por escrito aos seus associados que o corte "*poderia afectar substancialmente o nível da ajuda económica*" e que isso "*poderia, directa ou indirectamente, reflectir-se sobre firmas americanas com negócios na Indonésia*".

O debate teve cobertura televisiva, tendo a cadeia de televisão **ABC-TV** apresentado - no programa de grande audição World News Tonight - uma reportagem sobre as condições de vida no interior de Timor-Leste efectuada pelo jornalista Charles Glass para esse efeito se deslocou ao território disfarçado de turista, reportagem muito crítica relativamente à posição indonésia. Também o **Wall Street Journal** publicou um editorial que, embora criticando o corte da ajuda à Indonésia, advogava a autodeterminação para Timor-Leste. Foram também enviadas mensagens aos senadores por organizações de direitos humanos e Igrejas. Grupos de solidariedade levaram a cabo uma intensa campanha que, sem ter os recursos dos grupos de pressão pró-indonésios, consegui mobilizar muitos americanos que até à altura tinham estado alheios ao problema.

A 23 de Setembro, o «Senate Appropriations Committee» votou, por 15 votos a favor e 12 contra, a suspensão do IMET até que o Departamento de Estado certificasse que certas condições propostas pelo Senador Daniel Inouye (Democrata) eram cumpridas. Isto foi uma derrota porque as condições eram fracas e não exigiam nenhuma medida concreta por parte do governo de Jacarta. O Comité recusou uma proposta de Leahy que exigia a autorização da Indonésia para a permanência de observadores dos direitos humanos em Timor-Leste e a elaboração de uma lista com as pessoas mortas e presas durante e depois do massacre de 12 de Novembro de 1991.

Quando a «House-Senate Conference Committee» reuniu a 2 de Outubro, o Presidente da «House Subcommittee», David Obey (Democrata), defendeu a suspensão total do IMET, secundado pelos Representantes Matthew McHugh (Democrata) e J. Edward Porter (Republicano). Leahy propôs condições mais fortes do que as rejeitadas pelo «Senate Appropriations Committee» no que foi secundado por Mickey Edwards (Republicano). Quando Inouye e os seus apoiantes verificaram que não tinham votos para ganhar concordaram num corte total esperando que Suharto rejeitasse a ajuda condicionada, considerando-a um insulto ao orgulho nacional. Membros de ambos os partidos avisaram também de futuros cortes se a Indonésia não mudasse a sua posição relativamente à questão de Timor-Leste.

As reacções de Jacarta à decisão norte-americana foram no sentido de minimizar o seu significado. "*Não exageremos a importância do caso*", disse o general Try Sutrisno, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas indonésias, aos jornalistas do seu país, acrescentando que a Indonésia poderia sempre virar-se para outros países doadores para conseguir assistência para o treino dos seus militares, se o desejasse.

De acordo com o semanário indonésio **Tempo**, o Departamento de Estado norte-americano teria considerado o corte como "*contra-produtivo para os esforços da América em promover os direitos humanos na Indonésia*", reclamando que o IMET promovia os valores democráticos.

Porém, pelo menos um militar indonésio que passou por aquele programa - o antigo chefe do Instituto de Defesa Nacional do exército, Sayidiman Suryohadiprojo - manifestou o seu desacordo relativamente a estas afirmações de princípio: "*É um disparate dizer-se que os* [cursos nos] *EUA abrem as mentalidades dos oficiais aos direitos humanos. Fomos para lá só para estudar assuntos militares e não há qualquer tipo de ligação com os direitos humanos*".

No momento em que Jacarta vai iniciar conversações com Portugal sobre Timor-Leste, esta mudança na posição norte-americana pode funcionar como uma forma de pressão adicional no sentido de chegar a uma solução para a questão. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário**: Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem**: 1000 ex. **Assinatura anual**: 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317